

**X Encontro de Pós-graduação
em História Econômica**

Virtual

**8ª Conferência Internacional
de História Econômica**

9, 10, 11 e 12 de novembro

2020

**A União Monetária Latina e as Conferências
Monetárias Internacionais do Século XIX: os
primeiros passos de um Sistema Monetário
Internacional**

Rodolfo Francisco Soares Nunes

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

A União Monetária Latina e as Conferências Monetárias Internacionais do Século XIX: os primeiros passos de um Sistema Monetário Internacional

Rodolfo Francisco Soares Nunes¹

Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar os primeiros intentos de se estabelecer um Sistema Monetário Internacional através da criação da União Monetária Latina e das quatro Conferências Monetárias Internacionais do século XIX, que ocorreram em 1865, 1867, 1878, 1881 e 1892, respectivamente. Sob a discussão do bimetalismo e da utilização do padrão ouro, as conferências surgiram como palco para debates que contribuíram para uma padronização da cunhagem das moedas de ouro e prata e para a discussão sobre a utilização do ouro como meio de pagamento no comércio internacional.

Palavras-Chave: União Monetária Latina, Conferências Monetárias Internacionais, Padrão Ouro, Bimetalismo, Século XIX.

ABSTRACT

The present work aims to investigate the first attempts to establish an International Monetary System through the creation of the Latin Monetary Union and the four International Monetary Conferences of the 19th century, which took place in 1865, 1867, 1878, 1881 and 1892, respectively. Under the discussion of bimetallism and the use of the gold standard, the conferences have emerged as a stage for debates that contributed to the standardization of coinage of gold and silver coins and the discussion on the use of gold as a means of payment in international trade.

Keywords: Latin Monetary Union, International Monetary Conferences, Gold Standard, Bimetallism, XIX century.

1 INTRODUÇÃO

O século XIX foi marcado por revoluções, ascensão do comércio e da produção industrial e pela transição de uma era do capital para uma era dos impérios. Na tentativa de compreender alguns desses pontos, busca-se, através deste trabalho, entender a importância da criação de um sistema monetário internacional, discutido pelas principais potências ocidentais a partir da segunda metade deste século, na organização mundial.

¹ Economista, mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão (PPGDSE-UFMA). Bolsista CAPES.

² Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo/USP, professora adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão/UFMA.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

A União Monetária Latina foi criada em 1865³, na tentativa de se estabelecer uma União Monetária Europeia. No entanto, a principal contribuição desta instituição foi a uniformização das cunhagens do ouro e prata. Constituindo, assim, a primeira tentativa de se estabelecer um Sistema Monetário Internacional.

A União Latina exerceu forte influência nas Conferências Monetárias Internacionais (CMI), realizadas nos anos de 1867, 1878, 1881 e 1892. Na tentativa de se estabelecer um padrão monetário para o comércio entre as nações, as CMI buscavam, através de acordos entre os representantes das principais potências do ocidente, estabelecer o ouro como principal moeda nas trocas comerciais.

Com o aumento da produção da prata e depreciação da moeda, em contrapartida do aumento da demanda por ouro, limitação da produção desse metal e, conseqüentemente, elevação de seu preço, o padrão ouro estabelecido em partes na Conferência de 1867, entrou em descrédito para os países que o adotaram como meio de pagamento. O estabelecimento do bimetalismo como padrão monetário foi o principal ponto de discussão nas conferências de 1878, 1881 e 1892.

Para melhor entendimento, este trabalho divide-se em outras três partes, além desta introdução. Na parte a seguir, será apresentada a criação da União Monetária Latina e suas implicações para as políticas monetárias pelo mundo. Logo a seguir, serão tratadas as Conferências Monetárias Individuais e por fim, algumas considerações são feitas a título de conclusão.

2 A UNIÃO MONETÁRIA LATINA

Antes de abordar as Conferências Monetárias Internacionais do século XIX, se faz necessário que se destaque uma conferência internacional realizada no ano de 1865, na cidade de Paris, que deu origem à União Monetária Latina (UML), com a participação inicial de Bélgica, França, Itália e Suíça, contando com o ingresso posterior da Grécia. Nações como Grã-Bretanha, Espanha, Romênia e Áustria-Hungria recusaram o ingresso na União Latina.

A União Latina também é conhecida como a primeira tentativa de se estabelecer uma União Monetária Europeia, reunindo os principais países da Europa Ocidental

³ Além da liderança francesa, a União Monetária Latina era composta, inicialmente, por Bélgica, Itália e Suíça. Teve seu tratado estabelecido em 23 de dezembro de 1865.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

(Einaudi, 2000). Mas o que cabe aqui destacar que esta é a principal tentativa de se estabelecer um Sistema Monetário no mundo ocidental, haja vista os intentos desta liga de nações com o objetivo de uniformizar as unidades monetárias e, apesar de resultar somente em um primeiro entendimento, o principal intento era oficializar a cunhagem de uma moeda única internacional para o chamado “mundo civilizado”.

Cabe salientar também que a União Latina se estabeleceu como uma força quase unificada nas principais decisões que são tomadas nas Conferências Monetárias Internacionais que se seguiram. Por “quase unificada” entende-se que as principais decisões quanto à uniformização das moedas e a importância dessa cunhagem universalizada no fluxo comercial do período seria importante para todas as nações da UML, porém não havia um consenso sobre o padrão do metal a ser utilizado para a cunhagem desta, algumas nações preferiam a adoção do padrão ouro e outras advogavam pela adoção do padrão bimetálico (ouro e prata).

Antes de entrar no processo de formação da União Latina e suas implicações na reorganização monetária do século XIX, algumas questões devem ser pontuadas sendo a primeira o contexto histórico da década de 1860. Segundo Hobsbawm (2015, p. 21)

Na década de 1860, uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político do mundo: “capitalismo”. [...] Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender mais caro.

Além da discussão sobre o capitalismo, ganhou também importância neste período o papel das instituições que se aproximavam do modelo de “Estado-Nação”, que podem ser definidos, segundo Hobsbawm (2015, p. 21 e 22) como:

Territorialmente, com uma Constituição garantindo a propriedade e os direitos civis, assembleias representativas e governos eleitos responsáveis por elas e, quando possível, uma participação do povo comum na política dentro de limites tais que garantissem a ordem social burguesa e evitassem o risco de ela ser derrubada.

Desta forma, como estados de transição, ainda se encontravam nações com governos eleitos e com imperadores, como é o caso de destaque de Napoleão III, figura central da formação da União Latina e da Primeira Conferência Monetária Internacional. Ainda assim, era um período no qual o mundo ocidental sofria transformações, principalmente aquelas oriundas da Primavera dos Povos, de 1848, que proporcionaram um incremento no comércio mundial devido ao maior acesso ao consumo, além de outras questões. Segundo Hobsbawm (2015, p. 59 e 60),

As reivindicações políticas do liberalismo, radicalismo democrático e nacionalismo, apesar de excluírem a ‘república social’, viriam a ser

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

gradualmente realizadas nos setenta anos seguintes na maioria dos países desenvolvidos, sem maiores distúrbios internos, e a estrutura social da parte desenvolvida do continente provaria a si mesma ser capaz de resistir às explosões catastróficas do século XX pelo menos até o presente (1977). A razão principal disso reside na transformação e expansão econômica extraordinárias dos anos entre 1848 e o início da década de 1870

Antes das revoluções de 1848, as nações desenvolvidas se encontravam em crises agudas causadas pelos ciclos de comércio e demais problemas oriundos da própria estrutura de produção, como a dependência da sorte nas colheitas e estações, estrutura essa que só seria parcialmente rompida no mundo na segunda revolução industrial. No após revoluções de 1848, o comércio no mundo ocidental experimentou uma crescente sem precedentes. Com uma combinação de capital barato e rápido aumento dos preços, os detentores dos meios de produção experimentaram exportações recordes proporcionadas pelo maior acesso (porém ainda limitado a certas camadas da sociedade) ao consumo. Hobsbawm ainda aponta as consequências políticas dessa expansão comercial, evidenciando o caráter dialético do processo de reprodução no sistema capitalista:

A consequência política dessa expansão era de longo alcance. Proporcionou aos governos sacudidos pela revolução um espaço para respirar de valor inestimável e, por outro lado, destroçou as esperanças dos revolucionários. Numa palavra, a política entrou em estado de hibernação. (Hobsbawm, 2015, p. 62)

Sendo assim, as revoluções que iniciaram a expansão comercial foram as mesmas que garantiram a inércia momentânea dos movimentos mais revolucionários nos anos que se seguiram. Cabe-se destacar, no entanto, que não foram anos de crescimento sustentado e sem crises, alguns pontos como a depressão de 1857, a Guerra Civil estadunidense de 1861 a 1865, garantiram uma expressão política que ameaçava sair da hibernação, mas não era uma política de revolução (Hobsbawm, 2015).

A expansão comercial proporcionada pelas reduções tarifárias da década de 1860 e pela diminuição dos custos de transporte proporcionaram um aumento da circulação de mercadorias e, com isso, um aumento da circulação de moedas metálicas, principalmente as de prata. Com o aumento dessa circulação da prata, algumas nações, como é o caso da França e, posteriormente, Itália e Alemanha, optaram por negociar somente com a moeda de prata, acumulando o ouro e vendendo a prata por ouro. No caso da Alemanha essa acumulação de ouro se deu, principalmente após os espólios recebidos da França pelos resultados da guerra Franco-Prussiana (Eichengreen, 2008).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Essa busca pelo ouro foi um dos principais motivos da ascensão do ouro como meio de pagamento padrão, principalmente no comércio exterior. A Alemanha já era, no último quarto do século XIX, uma das principais potências industriais da Europa Ocidental. Além disso, esse quartil de século presenciou tensões crescentes no sistema bimetalico, principalmente pela diferença de cunhagem das moedas, onde alguns países cunhavam moedas com uma espessura menor que outras nações. Outra nação que emergia como potência industrial e que também advogava pelo padrão ouro, era a Grã-Bretanha.

Havia então a iminência de que o mundo ocidental pudesse se dividir em blocos distintos. De um lado, potências industriais que utilizando o padrão ouro e, além disso, acumulando o metal, se beneficiando do comércio ainda abundante da prata. De outro lado, as nações com menor poderio comercial, utilizando a prata como padrão nas suas negociações e, no meio termo, as nações que utilizavam o padrão bimetalico, mas ainda se valendo da acumulação da moeda mais valiosa, como é o caso da acumulação francesa do ouro (Eichengreen, 2008).

Dito isto, é necessário apontar que, ao contrário do que se convém pensar sobre a UML, ela surgiu com o intuito de ser uma conferência monetária internacional. Surgiu como resultado de algumas circunstâncias em que a França era obrigada a reconhecer a ascensão do ouro como padrão nos pagamentos do comércio internacional. Apesar do insucesso de se tornar uma grande conferência monetária, ela consta como a primeira reunião monetária importante em linhas internacionais, sendo a primeira que já resultou em um tratado, embora este não tenha sido fruto de uma árdua negociação (Russel, 1898).

Ao se estabelecer uma cunhagem universal, o tratado da União Latina moldou o caráter da política monetária dos países que o assinaram, dos países que ingressaram posteriormente e, de forma indireta, dos países que comercializavam com os integrantes da UML, ou seja, a maioria das grandes potências do mundo ocidental.

Um dos principais objetivos da União Latina era tentar igualar as cunhagens das moedas, tanto da prata como a do ouro. Havia uma disparidade na cunhagem das moedas dos países, principalmente da Suíça e Itália. O ingresso dessas moedas, que divergiam em 35 milésimos na espessura, em solo francês acabou gerando preocupação de Napoleão, que buscou na UML a padronização das moedas.

A conferência foi realizada em 20 de novembro de 1865 em Paris, onde deliberaram pela unificação do peso, título, forma e circulação de suas moedas (ouro e prata) e esse processo se daria por quinze anos, findando em 1880. Desta forma, buscavam uma maior harmonização entre a legislação monetária dos Estados partes. Cabe destacar

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

que também deliberaram acerca do estabelecimento de uma unificação monetária, tomando o franco francês como referência (Russel, 1898).

Ademais, havia uma cláusula no tratado que permitia que outras nações, através da adoção do sistema monetário da união, poderiam ingressar na UML, este foi o caso da Grécia. Ao solicitar o ingresso, a nação passaria a adotar os padrões estabelecidos pela casa da moeda francesa.

Destaca-se que essa tentativa de se estabelecer um padrão monetário e/ou até mesmo uma moeda única, diz respeito ao arcabouço da teoria da estabilidade hegemônica, onde a estabilidade da taxa de câmbio advém de um único país dominante, fornecendo várias funções monetárias que acabam por ser transmitidas às políticas monetárias dos demais países (Reti, 1998).

Dessa forma, outro ponto discutido na conferência foi o padrão monetário a ser adotado pelas nações da União Latina. Ao contrário do ponto anterior, a adoção do padrão ouro, em ascensão no período, não foi de aceitação unânime. A França foi a responsável pela estruturação do tratado da UML, de forma que a condução das tratativas estava de acordo com as políticas monetárias francesas e isso incluía a permanência do bimetalismo (Russel, 1898).

Os governos belga, italiano e suíço eram contrários à continuação do padrão duplo e advogavam pela adoção do padrão ouro. Consideravam a continuidade do bimetalismo um empecilho para o comércio que estava em processo de expansão e intensificação. Para Henry Russel (1898), a França não defendia o bimetalismo em todas as situações, deixando essa questão em aberto no tratado. Para o autor, Napoleão deixou essa questão para um debate na conferência monetária internacional, que aconteceria dois anos após a criação da UML, mas que já estava sendo planejada.

A estratégia do Império Francês não era migrar para o padrão ouro e sim estabelecer uma união monetária que utilizasse a moeda francesa como meio de troca e que esta servisse como base para a unidade monetária (Russel, 1898). O tratado da União Latina foi estabelecido no início do grande declínio da prata, ocasionado em grande parte pela descoberta de novas minas do metal por parte dos Estados Unidos e, consequentemente, na intensificação da cunhagem da moeda.

Havia, então, uma dificuldade em manter a prata em circulação. Outro ponto de destaque é que as nações que utilizavam o padrão bimetal não adotavam o padrão ouro de forma oficial, com força da legislação, por já utilizar tal padrão na prática, como foi o caso da Alemanha em ascensão de seu parque industrial (Russel, 1898).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Mesmo que as nações divergissem em um dos principais pontos, a União Latina se consolidou como a primeira tentativa de se estabelecer uma união monetária e, principalmente, de se criar um sistema monetário internacional. As decisões tomadas nas conferências monetárias internacionais tiveram grandes influências das decisões estabelecidas na União Latina, como a padronização da cunhagem das moedas e a própria discussão da adoção do padrão ouro.

3 AS CONFERÊNCIAS MONETÁRIAS INTERNACIONAIS

Nos anos de 1867, 1878, 1881 e 1892 foram realizadas as Conferências Monetárias Internacionais (CMI) que discutiam, além de uma cunhagem universal para as principais potências comerciais e industriais da época, uma unificação monetária e padronização das moedas metálicas utilizadas para a troca de mercadorias entre as nações. No quadro abaixo estão enumeradas as conferências, o local, participantes e as principais decisões e características de cada conferência.

Quadro 1 – Quadro resumo das conferências monetárias internacionais

Ano	Local	Participantes	Principais Decisões
1867	Paris, França	[18]: Áustria, Grão-Ducado de Baden, Baviera, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Grécia, Itália, Holanda, Portugal, Prússia, Rússia, Suécia e Noruega*, Suíça, Turquia e Reino de Vurtemberg,	Busca de uma uniformização da cunhagem das moedas; Interesses de Napoleão III; Adoção do padrão ouro;
1878	Paris, França	[11]: Império Austro-Húngaro, Bélgica, França, Grã-Bretanha, Grécia, Itália, Holanda, Rússia, Suécia, Noruega e Suíça.	Críticas à utilização do padrão-ouro; Desvalorização da prata; Esforços para garantia do bimetalismo;
1881	Paris, França	[18]: Império Austro-Húngaro, Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Holanda, Portugal, Suécia, Noruega, Espanha, Suíça, Itália, Rússia, Inglaterra, Índia Britânica, Canadá, França e Estados Unidos.	Discutir as dificuldades no comércio exterior; Busca de um sistema de equalização entre o ouro e prata; Acordo internacional para a utilização do bimetalismo;

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

1892	Bruxelas, Bélgica	[19]: Alemanha, Império Austro-Húngaro, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Grécia, Índia Britânica, Itália, México, Noruega, Holanda, Portugal, Romênia, Rússia, Suíça e Turquia.	Arcabouço legislativo para os países produtores de prata; Estabelecimento de uma política de compra; Política de cunhagem de prata na Índia Britânica; Tentativa de um retorno do bimetalismo;
------	----------------------	---	--

* Os Reinos Unidos da Suécia e Noruega enviaram um único representante, diferentemente das outras conferências.

Fonte: elaborado pelos autores.

As conferências monetárias podem ser consideradas uma primeira tentativa de se estabelecer uma ordem internacional favorável ao padrão ouro e de se estabelecer um sistema monetário internacional, organizado de forma que favoreça o comércio de mercadorias. Ao se acreditar que as conferências monetárias do século XIX buscava tal ordem internacional visando se estabelecer um padrão de pagamento pautado nas moedas de ouro, tem-se um contraponto à tese de que o padrão ouro se estabeleceu de forma espontânea ou fruto de uma ordem hegemônica (Reti, 1998).

Neste período, os formuladores de políticas monetárias ainda duvidavam dos benefícios e dos ganhos estratégicos oferecidos com a adoção do bimetalismo. Havia também um desejo de não se descartar a prata como moeda e a utilizar somente como uma simples mercadoria. E, conforme já mencionado, a circulação da prata e do ouro proporcionava um maior desgaste da primeira e uma maior acumulação da segunda, processo esse que foi responsável pela depreciação da prata e uma maior busca pela moeda de ouro valorizando esta última.

Steven Reti (1998) enumera as três implicações das Conferências Monetárias Internacionais:

A primeira é que os governos que utilizavam o padrão ouro se valiam das conferências para responder demandas domésticas de estabilização da taxa de câmbio da prata. Ao contrário do que passou a ser defendido no século XX, o padrão ouro não era um consenso entre as nações no século XIX, principalmente se se observar o mercado interno. Setores agrários e produtores que comercializavam com países com o padrão duplo se queixavam da desvalorização da prata em detrimento do ouro (Reti, 1998).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

A segunda implicação diz respeito às normas do padrão ouro, que por muitas vezes eram encaradas como intervencionistas. Nem todos os Estados adotavam completamente tais normas, a principal relutância era em aceitar a estabilidade externa frente a estabilidade interna dos preços. A ideologia do *laissez-faire* favorecia a condição doméstica e pequenos grupos agrários que preferiam a estabilidade interna dos preços, sem a intervenção do Estado e o curso forçado de uma moeda única (Reti, 1998).

A terceira e última implicação é que o padrão ouro poderia conter elementos de um regime hegemônico e de forças espontâneas e, com as tratativas nas CMI, fez-se presente a discussão se tal padrão emergiu, também, por força de arranjos e alavancagem política para que se estabelecesse um padrão de moeda internacional (Reti, 1998).

A falta de uniformidade na cunhagem das moedas e a ausência de um padrão do metal a ser utilizado no comércio entre os países fazia com que reformas fossem necessárias no sentido de se estruturar um sistema monetário unificado entre as principais nações do ocidente. O primeiro obstáculo foi superado, principalmente pelos esforços da União Latina.

O segundo, principalmente no que se diz respeito à adoção do padrão ouro e o abandono da prata como moeda, necessitaria de uma maior alavancagem política e a superação dos custos de negociações necessárias para se estabelecer esses arranjos monetários. A falta dessa alavancagem e a desarticulação no intento de se estabelecer um sistema monetário internacional estruturado, podem ter ocasionado o fracasso das conferências monetárias internacionais do século XIX, assim como as tentativas de integração monetária e padronização durante a primeira metade do século XX. (Eichengreen, 2008).

Dito isso, faz-se necessário tratar dos principais pontos e discussões ocorridas nas conferências.

Conferência de 1867: a escolha do padrão ouro

Em 1867, aproveitando que os representantes das principais potências do ocidente estavam na França para a Exposição Universal de Paris, o imperador Napoleão III designou a criação de um comitê para que se estabelecesse uma conferência monetária internacional, de forma mais ampliada da que ocorrera em 1865 e com mais sucesso da que tentara estabelecer em 1866, quando buscou os Estados Unidos para conversar sobre a coordenação de políticas monetárias. Contando com a participação de dezoito

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

representantes de Estado, reunindo as principais potências do mundo ocidental, se iniciou no dia 17 de junho de 1867 a primeira Conferência Monetária Internacional.

A criação de uma moeda internacional já era tema de diversas conferências pelo mundo, mas nenhuma com o grau de adesão da de 1867. Foi um dos temas principais da conferência de 1865. No entanto, a integração monetária internacional precisava superar alguns obstáculos. O primeiro era a criação de um Sistema Monetário Internacional, seguido por uma cunhagem de moedas com a mesma composição, abrangendo a circulação entre dois ou mais países, gozando de um curso legal forçado (ou somente aceito) pelos Bancos Centrais das nações (Reti, 1998).

Foi justamente a liberalização comercial que fomentou a discussão de uma moeda internacional e esta discussão, que também foi permeou o debate de 1865, se fez no sentido de estabelecer uma direção mais pragmática. Assim, por exemplo, no Congresso Internacional de Estatística, em 1863, em Berlim, se discutia, também, o sistema métrico (Reti, 1998).

Foi através desse Congresso de Estatística de Berlim que se recomendou a utilização do sistema decimal de dinheiro, sugerindo que as moedas de ouro e prata tivessem a mesma espessura e, com isso, houvesse uma redução das unidades de conta das moedas.

A França não iniciou a conferência sozinha, contava com a participação dos demais membros da União Latina. Tal apoio era fundamental para se estabelecer os ensejos do Império Francês. É necessário destacar que nesse momento, a utilização da prata já funcionava como um padrão colateral e de uso doméstico em todos os países participantes da conferência, excetuando-se a Grã-Bretanha.

As moedas das nações da União Latina já começavam a ser padronizadas, gozando de uma estabilização da circulação monetária em todos os Estados Partes. Havia ainda uma esperança por parte da França e Suíça da adesão dos Estados Unidos à União Latina e a conferência de 1867 poderia servir como grande impulso para esse ingresso (Russel, 1898).

Um dos maiores objetivos da conferência era a uniformidade internacional da moeda, servindo como uma espécie de união monetária. Tal meta passava por alguns objetivos específicos, como a padronização da cunhagem e a utilização de um meio de pagamento padrão para o comércio entre os países.

A França levou até a conferência as mesmas ambições que havia levado para a conferência de 1865, que criou a União Latina. Pautada nos ensejos de Napoleão III, a

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

França possuía uma vantagem por incorporar em seu sistema monetário os padrões e medidas do sistema métrico, ao contrário das demais nações. Por mais que a uniformização da moeda ainda não encontrasse um consenso entre as nações, por divergência da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos, a França possuía uma maior vantagem por utilizar o sistema métrico, que facilitava a divisibilidade da moeda (Russel, 1898).

É necessário destacar, também, que os Estados Unidos, Grã-Bretanha e França cogitaram estabelecer uma unidade de conta comum e de cunhagem internacional, onde seu lastro seria uma paridade entre as moedas das três nações (Reti, 1998).

Constituía interesse da maioria das nações que faziam parte da conferência a adoção de uma unidade monetária, mas diferente do modelo francês, mesmo que utilizando alguns de seus parâmetros, mas estas nações rechaçavam a utilização do franco francês como padrão para suas moedas. A ideia de se utilizar um outro sistema de medida era aceita teoricamente, mas por não fazer parte dos desejos imperiais da França, se tornou impraticável, ainda assim discutiu-se a adoção do padrão ouro no comércio entre as nações (Russel, 1898).

Em suma, nem um novo sistema de unificação e união monetária foi criado e nem o sistema francês foi adotado oficialmente. O sistema de cunhagem que prevaleceu foi o adotado pela União Latina, com algumas ressalvas, como a extinção de algumas unidades monetárias de menor valor.

No que diz respeito ao padrão de pagamentos, com exceção da Holanda, todos decidiram pela utilização do padrão ouro nas trocas comerciais entre nações, com a cunhagem estabelecida nos padrões da União Latina. Discutiu-se, ainda, a utilização do padrão duplo e do padrão prata, mas ambos foram rejeitados. Ficou estabelecido o padrão ouro para as nações que fizeram parte da conferência, ficando o padrão prata e o padrão duplo a ser utilizados de forma temporária como transição (Russel, 1898).

Devido ao nível desigual de ouro nos países, foi discutido se deveria ter um limite para a cunhagem de moedas pelos estados com ouro em abundância, mas os Estados Partes não chegaram a um consenso. Discutiu-se, principalmente, algumas questões de segurança quanto a essa cunhagem e resolveram adotar, também, àquelas medidas decididas pela União Latina.

Pode-se observar que as decisões tomadas na conferência – assim como as decisões tomadas nas demais que se seguiram – são frutos de negociações de representantes das nações e que não chegaram a ser discutidas nos parlamentos das

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

referidas nações para uma devida aceitação, tal percurso se tornou um empecilho na outorga do que fora negociado, principalmente na adoção do padrão ouro, uma vez que faziam parte dos parlamentos representantes das elites agrárias das nações e que desejavam um padrão bimetalico.

Portanto, observa-se um caso de cooperação internacional sem uma negociação internacional. O padrão ouro ganhou força, por um lado, de uma forma espontânea, com a depreciação da prata e a ausência de uma convenção internacional que se estabeleça um padrão de pagamento forte suficiente para substituir as moedas metálicas ou padronizá-las. Por outro lado, a origem do padrão ouro está inicialmente ligada à conferência de 1867, através destes pontos discutidos e das negociações, apesar da falta de cooperação. É importante destacar que o ouro já dominava o comércio na Europa, antes mesmo dessa conferência e da depreciação da prata (Wills, 1901; Reti, 1998).

O que se destaca, também, é o papel da União Latina nas discussões monetárias internacionais. A UML serviu como uma instituição para fomentar o debate sobre o controle monetário internacional, talvez a primeira tentativa, ao contrário do que se atribui para a Conferência de 1867, de criação de um Sistema Monetário Internacional (Wills, 1901).

Conferência de 1878: o retorno do bimetalismo

A principal mudança política que ocorrera entre a primeira conferência e a segunda, em 1878, foi a alteração do regime político na França. O país ingressou na “Terceira República” no ano de 1870, após a deposição do imperador Napoleão III, resultado da guerra Franco-Prussiana.

A convocação de uma nova conferência, na segunda metade da década, deixaria de atender os interesses do império para atender os interesses das novas políticas monetárias, que eram conduzidas por León Say, neto do renomado economista Jean Baptist Say.

Alguns pontos precisam ser destacados para entendermos o contexto da convocação da segunda Conferência Monetária Internacional. Os acordos estabelecidos na conferência de 1867 não possuíam um caráter vinculante nos Estados Partes, com isso alguns países demoraram a aceitar o padrão ouro em suas trocas comerciais. Ou até mesmo o padrão ouro se estabelecia somente na prática, sem uma força de lei que

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

garantissem seu curso. Como não existia aparato legal que garantisse o ouro como único meio de troca houve um rápido retorno ao bimetalismo (Russell, 1898)

Outro ponto em questão foi o aumento da demanda por ouro atrelado a diminuição de sua produção. Os valores relativos do ouro e prata divergiam nos países que adotaram o padrão ouro, enquanto a prata depreciava o ouro supervalorizava, gerando preocupação dos países quanto à inflação de sua moeda, principalmente nos Estados Unidos. Havia um interesse em desvalorizar a prata, mantendo-a em circulação.

O comércio internacional foi favorecido pela padronização das moedas, estabelecida na Conferência de 1867, e, apesar de não ser a única, o ouro se tornou a moeda metálica mais utilizada nesse comércio. O que difere da Conferência de 1867 é que o ouro era um metal em abundância nesse período, tendo sua produção decaído durante o fim da década de 1860 e toda a década de 1870.

É necessário apontar também que os Estados Unidos possuíam interesse na mineração da prata, tanto que em 1878, o país articulou a convocação de uma conferência para coordenar uma mudança para o bimetalismo. A Alemanha, em plena ascensão industrial, se recusou a participar e a Grã-Bretanha, outra potência industrial, participou da conferência para barrar os intentos dos Estados Unidos de mudar a ascensão do padrão ouro como hegemônico nas potências do ocidente (Eichengreen, 2008).

O interesse da Grã-Bretanha era garantir o comércio de sua colônia, a Índia Britânica (Russell, 1898). A conferência de 1878 foi bem menos notável que a sua antecessora e teve como objetivo reestabelecer a prata como meio de troca e, conseqüentemente, sua equalização com o ouro.

A França, contrária ao padrão ouro, declarou que não se moveria para tal padrão e apoiou os intentos de se equalizar o valor dos dois metais. Desde a Conferência de 1867 o país havia coletado grande quantidade de prata e não deixaria de utilizá-la na cunhagem de moedas para utilizar como mera mercadoria. Os demais países da União Latina também não confiavam na estabilidade prometida pelo padrão ouro.

A prata estava com sua produção elevada e o valor da moeda depreciado, em situação inversa se encontrava o ouro. A adoção do padrão ouro no comércio fez com que se gerasse crises monetárias devido a discrepância do valor da moeda doméstica (onde as trocas ocorriam em sua maior parte com a moeda de prata) com a moeda internacional. Havia, portanto, a necessidade de se estabelecer uma equalização do ouro e da prata através de uma paridade entre as duas moedas.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

A utilização do padrão ouro em algumas nações, como Grã-Bretanha e Alemanha, geraram lucros para os especuladores que preferiam reter a moeda de ouro e garantir que a prata ainda circulasse no comércio entre as nações. Portanto, surgiu a necessidade de se garantir as duas moedas como meio de pagamento, garantindo uma equidade do mercado interno e externo.

Para tanto, as proposições discutidas foram as seguintes: 1) estabelecer uma livre cunhagem da prata na Europa e nos Estados Unidos; 2) Garantir a utilização do ouro e da prata no comércio entre as principais potências do ocidente; 3) Estabelecer uma equalização do ouro e da prata através de um acordo internacional e de caráter vinculante; e 4) recomendar que os governos reestabelessem o valor da prata através de uma limitação da cunhagem (Russell, 1898).

Pode-se notar que a primeira e a última proposição são divergentes. A primeira se deu através do interesse dos países produtores (como o caso da Grã Bretanha através da Índia Britânica) e dos grandes detentores de prata (como o caso da França) na não interferência do Estado na produção do metal, uma vez que entendiam que a produção chegaria a um ponto de inflexão e a moeda teria seu valor reestabelecido de forma natural. Quando tal assunto foi iniciado, surgiu o debate acerca da interferência na cunhagem da prata para a restauração do seu valor, tal interferência seguiria os moldes do acordo comercial estabelecido para atender a primeira e segunda proposição.

O padrão ouro perdeu força no debate monetário da Conferência de 1878. Somente os representantes da Bélgica e dos Estados Escandinavos advogavam pelo padrão. Os demais países viam como interesse principal a estabilidade interna de suas moedas. Um acordo internacional com caráter vinculante poderia ocasionar rugas nas relações dos governantes com as elites locais. Desta forma, a Conferência de 1878 pouco contribuiu para que se estabelecesse um padrão definitivo, chegando até a cogitar, sem sucesso, a substituição da prata por uma moeda internacional, ideia que foi rechaçada pelos países produtores de prata (Russell, 1898).

Em 1879 constatou-se uma queda dos suprimentos monetários na União Latina, e com o tratado da União Latina chegando ao fim em 1880, um novo acordo deveria ser estabelecido, dessa vez considerando outras nações como Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia, com a utilização do padrão ouro no comércio internacional (Eichengreen, 2008).

Conferência de 1881: um novo acordo pelo bimetalismo

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Após uma conferência malsucedida em 1878, a adoção de um padrão duplo ficou aquém de uma negociação e tampouco o padrão ouro ganhou força, dada a baixa produção do metal. A adoção de um padrão para as trocas comerciais foi decidida em âmbito doméstico de acordo com a conveniência das políticas monetárias dos países.

Logo após a Conferência de 1878, os governos das potências europeias encontraram dificuldade em adquirir e manter o ouro em seus cofres. Com isso, o comércio internacional perdeu força e ganharam espaço as tarifas sobre a circulação de moedas, em uma tentativa de se valorizar a moeda de prata (Russell, 1898).

Além disso, o tratado da União Latina expirou em 01/01/1880, quinze anos após o seu estabelecimento. As elites francesas consideravam o tratado desvantajoso para o país, uma vez que a França abriu mão de estabelecer sua cunhagem de moedas de acordo com o volume de prata e ouro que possuía em seus cofres. Contudo, fora estabelecido um novo tratado estabelecido ainda em 1878, mas que entrou em vigor em 1880⁴, garantindo a padronização e uniformização da cunhagem de ouro e prata.

Além dos países da União Latina, os Estados Unidos também possuíam interesse em uma nova conferência para se discutir uma unificação de ações com as principais nações comerciais da Europa. Buscavam um sistema permanente de equalização do ouro e prata. O cenário era de aumento da produção *per capita* da prata e essa alta quantidade no mercado começou a ser um problema para as nações, principalmente para a Alemanha, onde havia um conflito de interesses entre a elite industrial, que demandava um padrão ouro, e a elite agrária, que advogavam pelo bimetalismo (Russell, 1898). Com esse desejo da elite agrária e a pressão destes nas políticas econômicas, a Alemanha aceitou participar da reunião, ao contrário do que aconteceu em 1867.

O objetivo principal da Conferência de 1881 era examinar e adotar um plano e um sistema para o estabelecimento do uso do ouro e prata como padrão do comércio. Tal sistema seria estabelecido mediante acordo internacional entre os países partes.

Durante a discussão, consideraram a Conferência de 1878 como prematura e de esforços nulos. A França se posicionou considerando o bimetalismo internacional como

⁴ Ainda em 1878, dois meses após a conferência internacional, França, Bélgica, Itália, Suíça e Grécia se reuniram na França para debater acerca dos efeitos da conferência e sobre o destino da União Monetária Latina. Após uma discussão acerca da cunhagem e novas regras de padronização das moedas, uma versão preliminar de um tratado foi elaborada, com pequenas alterações em relação ao tratado de 1865, a mais significativa alteração era a divisão das quotas de cunhagem por parte dos países.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

um único sistema capaz de reestabelecer uma regularidade monetária, cessando com as crises monetárias causadas pela utilização forçosa do padrão ouro.

As principais questões apontadas foram: 1) reduzir a oscilação do preço da prata e investigar como tal desvalorização afetou o comércio; e 2) identificar se a oscilação do preço da prata foi causada por um incremento na produção ou por falta de legislação.

O entendimento da maioria foi de que a oscilação do preço da prata foi causada por falta de legislação. Sendo assim, foi sugerido que os bancos emissores trabalhassem com valores fixados para o ouro e prata, onde a cunhagem do segundo dependeria da produção do primeiro. O que ficaria pra ser debatido futuramente seria se a cunhagem seria gratuita para todos os países não produtores e qual seria a taxa para cada metal.

A Conferência de 1881 foi a que trouxe mais debates sobre o bimetalismo e unificação monetária até então. Também foi onde se discutiu mais sobre a estruturação de um sistema monetário que garantisse a paridade das duas moedas (Russell, 1898). Apesar dos grandes debates, um consenso estava cada vez mais difícil. Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, países da União Latina e a Áustria concordavam com a cunhagem unificada da prata e com a paridade das moedas, mas os demais países divergiam em alguns pontos.

Dessa forma, as tratativas foram suspensas e as deliberações passaram a ser tomadas em caráter particular. A Alemanha e Inglaterra, principais potências industriais da época, precisavam mudar seus posicionamentos para aceitar o bimetalismo sob forma de um acordo internacional.

Conferência de 1892: a cunhagem internacional da prata.

A década de 1880 ficou marcada pela grande utilização da moeda de prata. Sem um acordo quanto à cunhagem unificada do metal e sobre a paridade da prata em relação ao ouro. Desta forma, se fazia necessário uma discussão acerca da livre cunhagem da prata e seus efeitos no comércio.

Foi esse o fio condutor da Conferência de 1892, que contou com a participação de dois grandes produtores de prata na época: México e Turquia. Os Estados Unidos advogavam por um uso limitado da prata e por um acordo comercial pautado no bimetalismo como forma de garantir um padrão duplo no comércio (Russell, 1898).

Os principais pontos discutidos foram a criação de um arcabouço legislativo nos países produtores de prata com a finalidade de restringir ou regular a produção do metal.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

De forma especial, discutiu-se também a produção de metal nos Estados Unidos e no México e seu impacto na produção global, que causou a desvalorização do metal.

Discutiu-se, também, a política de compra de prata pelos EUA, que causavam desequilíbrio no preço e a política de cunhagem da prata na Índia Britânica, que desregulavam e depreciavam o preço da moeda. Os representantes julgavam tais pontos como fundamentais para se reestabelecer o preço da prata e, com isso, reestruturar o comércio pelo mundo.

O México não era favorável em aumentar as tarifas sobre a prata, medida que foi proposta para redução da produção do metal, uma vez que estas tarifas causariam um desaquecimento de sua indústria. Em acordo com os Estados Unidos, alegaram que a produção da prata já havia chegado ao máximo e que a moeda se valorizaria conforme a produção fosse caindo nos próximos anos.

Foi na Conferência de 1892 que o Plano Rothschild de intervenção nas políticas monetárias foi debatido. O plano previa uma intervenção do Estado caso o preço da prata diminuísse. Tal medida encontraria objeções, uma vez que ia de encontro com a defesa das chamadas as leis naturais de mercado e poderia, segundo o entendimento dos representantes, causar mais crise em vez de uma estabilidade (Russell, 1898).

Um comitê foi estabelecido para organizar as tratativas quanto aos apontamentos e trouxe a seguinte proposta: que os estados europeus comprariam todo ano 30.000.000 onças de prata, desde que os Estados Unidos mantivessem suas políticas de compras e a Índia e o México mantivessem uma cunhagem livre. Era de interesse dos estados europeus ter livre acesso à cunhagem da prata, reduzindo seu custo. A proporção de compra de cada estado seria definida entre eles e a prata adquirida seria utilizada para fins monetários, de acordo com a legislação de cada Estado. O acordo teria duração de cinco anos (Russell, 1898).

O acordo comercial objetivado pelos Estados Unidos não conseguiu avançar durante a Conferência de 1892, deixando a cargo de tratativas particulares para vincular a utilização das duas moedas nas trocas de mercadorias entre as nações.

4 CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, alguns pontos devem ser levantados na presente pesquisa. O primeiro é o papel da União Monetária Latina como primeira tentativa de se estabelecer não só uma União Monetária Europeia, mas como primeira tentativa de se constituir um

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

primeiro sistema monetário, com cunhagem universal (ou até mesmo uma moeda unificada) entre as principais nações do ocidente.

A cunhagem padronizada, fruto do tratado da União Latina, garantiu maior fluidez ao comércio internacional, que já se encontrava em ascensão. Garantiu também a maior utilização do ouro como meio de pagamento e este só não constituiu meio de pagamento hegemônico no século XIX por causa da limitação na produção do metal.

Da mesma forma, a União Latina mudou o caráter das políticas monetárias dos Estados Partes que, através de uma cunhagem livre e padronizada, garantia maior fluxo de moedas entre os países. Foi esta a principal contribuição para as Conferências Monetárias Internacionais.

Por sua vez, as conferências que sucederam a de 1865, são caracterizadas por tentativas de se estabelecer acordos sem as devidas negociações. Com isso, as decisões tomadas pelos representantes dos países não possuíam um caráter vinculante dificultando a adesão dos Estados às medidas discutidas e acordadas.

Outro ponto que diz respeito às conferências é a unanimidade quanto à uniformização da moeda. Desde as proposições trazidas pela União Latina, até a última conferência, em 1892, a padronização da cunhagem e a unificação da moeda pautaram os discursos dos principais representantes das potências do ocidente. O ponto divergente, no entanto, seria o padrão monetário a ser utilizado, uma vez que, ao longo do tempo, observou-se diferentes percepções quanto à utilização do padrão ouro.

No que diz respeito ao padrão monetário, a utilização do ouro como moeda padrão dos meios de pagamento não era de aceitação unânime nos países. Ao se adotar tal padrão em 1867, o mesmo gerou efeitos contrários aos esperados. Uma maior especulação por parte dos maiores detentores da moeda, buscando a elevação de seu preço, aliada a uma limitação na produção do metal gerou uma crise na utilização do ouro como padrão de pagamento. Fazendo com que as nações retornassem na utilização da prata como moeda secundária.

O padrão ouro, ao contrário do que pregam alguns autores, não constituiu de um poder hegemônico. Sua aceitação, dependendo do período histórico, sofria descrença e questionamentos. Tampouco surgiu de movimentos espontâneos, conforme se observou na Conferência de 1867.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

REFERÊNCIAS

EICHENGREEN, Barry. **Globalizing Capital: A history of the international monetary system**. 2. ed. Londres: Princeton University Press, 2008.

EINAUDI, Luca. Monetary Unions and Free Riders: the Case of the Latin Monetary Union (1865-78). **Rivista di Storia Economica**, [s.l.], n. 3, p.327-362, 1997. Società Editrice Il Mulino. <http://dx.doi.org/10.1410/9859>.

_____. From the franc to the 'Europe': the attempted transformation of the Latin Monetary Union into a European Monetary Union, 1865-1873. **The Economic History Review**, Londres, v. 53, n. 2, p.284-308, maio 2000.

HOBSBAWM, Eric J.. **A Era do Capital: 1848-1875**. 23. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

RETI, Steven P.. **Silver and Gold: The Political Economy of International Monetary Conferences, 1867-1892**. Londres: Greenwood Press, 1998.

RUSSEL, Henry B.. **International Monetary Conferences: Their Purposes, Character, and Results with a Study of the conditions of currency and finance in Europe and America During Intervening periods, and in their relations to International Action**. Londres: Harper & Brother Publishers, 1898.

WILLIS, Henry Parker. **A History of the Latin Monetary Union: A study of International Monetary Action**. Chicago: The University Of Chicago Press, 1901.